

Manica

Grávidas chocadas com corrupção nas maternidades

Por André Catueira, em Manica

O espírito de “mantida”, muito conhecido entre a Polícia de Trânsito, que consiste em embrulhar notas de dinheiro em livretes de viaturas, sobretudo “chapas”, tem tomado espaço nas maternidades da província de Manica, onde mulheres grávidas precisam “apertar” uma nota na ficha pré-natal para ter um parto assistido, uma situação que está a chocar as comunidades, que precisam vender os poucos recursos para um nascimento.

Ao que apurou o **SAVANA**, toda a mulher grávida tem serviços gratuitos nas maternidades, mas, tradicionalmente, as parturientes levavam oferendas para as parteiras que atendiam o parto como gesto de agradecimento, entretanto, este acto tornou-se numa imposição das parteiras, que estipulam o preço do valor, que sempre deve acompanhar a ficha pré-natal no dia do parto. “O meu bebé morreu no parto, porque eu não sabia que precisava de pagar um valor para receber uma injeção e ter um parto tranquilo e assistido. Esse atendimento é gratuito e é possível, mas ficou condicionado a este suborno e chocou-me esta realidade, ao ponto de perder o meu primogénito por isso”, disse Ster Siagumbo, uma jovem de 19 anos, que acusa a insensibilidade das parteiras de terem roubado o seu filho em Sussundenga.

Preocupante

Um inquérito sobre mau atendimento, corrupção e subornos nas maternidades, divulgado na quinta-feira, 25 de Maio, em Sussundenga, província de Manica, concluiu que 41 por cento de grávidas foram cobradas dinheiro nas maternidades públicas, para um serviço gratuito, em troca de rápido atendimento e de qualidade na zona rural. Outras tantas mulheres deram subornos para não serem discriminadas no acto do parto.

A prática está enraizada nas maternidades e, além da cobrança directa, força que as parturientes coloquem notas de 100 a 200 meticais nas fichas pré-natais na fila para a sala de parto, marginalizando as mulheres pobres e sem posses, que geralmente chegam a dar parto sem assistência médica nos corredores das maternidades.

“Há atraso e desigualdade no atendimento, corrupção e subornos nas maternidades e essas práticas atrasam o desenvolvimento de uma região, sobretudo rural”, precisou John Chekwa, director da Sucesso, a organização para a defesa dos direitos humanos, cidadania e boa governação que conduziu o inquérito.

O estudo, realizado entre 13 a 18 de Abril passado, foi suscitado por frequentes denúncias de más práticas nas maternidades públicas do distrito de Sussundenga, como um

estudo de caso para uma situação generalizada em Moçambique e inquiriu homens e mulheres dos 17 a 65 anos de idade.

A avaliação, que pretende contribuir no combate à corrupção no sector de saúde para melhorar o acesso e qualidade deste serviço ao nível local, concluiu ainda que 78 por cento de mulheres cobradas sabiam que era um acto ilícito, mas desconheciam os locais para denúncias e ou tinham medo de mau atendimento e tortura no próximo parto.

Na cerimónia da divulgação do inquérito, dezenas de mulheres repisaram as denúncias relatando episódios chocantes na presença das autoridades governamentais, além da procuradoria que admitiu que estava limitada a agir por falta de denúncias.

“Num dia levei a minha filha para o parto, tirei o dinheiro cobrado e de seguida aplicaram uma vacina e o atendimento corria, mas uma mulher ao lado gritava de dor e entrou em serviço de parto sem assistência, teve nado morto porque não tinha dinheiro”, disse Rosalina Calção, largamente aplaudida, sugerindo a repetição dos episódios nos hospitais públicos.

Uma outra utente, Verónica Chingore, disse que as parteiras discriminam mulheres pobres e o clientelismo nas maternidades atingiu uma proporção não comum, enquanto Rodinha Bernardo, outra utente, denunciou que as parteiras ficam em conversas de corredor ou a assistir novelas com pacientes na fila à espera e os valores de suborno são mais altos nas noites.

“A realidade é dura na maternidade. As mulheres não denunciam porque temem maus tratos quando regressam para o parto. As autoridades deviam trabalhar com as parteiras para desistirem de fazer cobranças e priorizar fichas pré-natais com dinheiro por dentro”, disse Isac Sebastião, um activista comunitário.

Sebastião relatou um episódio no qual o centro de saúde local recusou-se a mandar uma ambulância para levar uma parturiente no mercado local, que demorou dirigir-se à maternidade para procurar uma “mantida” para “agradar” as parteiras, tendo entrado em serviço de parto a escassos 600 metros da unidade sanitária.

Procuradoria

O procurador de Sussundenga, Remigy Guiamba, reconheceu que a corrupção é recorrente nas maternidades e desencorajou as parturientes a colocarem dinheiro nas fichas pré-natais e apelou para denúncias em casos de cobrança e anunciou a criação de núcleos comunitários de combate à corrupção. “O problema das pessoas é que não denunciam as situações e nós, como procuradoria, não temos como agir”, precisou Remigy Guiamba,

que fora desafiado pelas mulheres a fazer uma visita surpresa à maternidade e a vasculhar as fichas pré-natais das grávidas na bicha do parto.

Já o representante da Saúde, Horácio Zambo, disse que a má conduta

não é generalizada nos hospitais públicos, acrescentando que os resultados do inquérito vão ajudar o posicionamento dos serviços para erradicar a prática, que pode estar a contribuir para a mortalidade infantil.

O estudo desenvolvido em parceria com a fundação MASC (Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil) denuncia a percepção generalizada de que pagar valores monetários ao funcionário público resulta num bom tratamento.